



ESCOLA YANOMAMI: CONSTRUINDO UMA ESCOLA DIFERENCIADA

Thaline Ferreira Fontes¹

RESUMO

O trabalho objetiva discutir a experiência de desenvolver e trabalhar junto ao povo Yanomami a construção de uma escola própria a partir dos seus valores identitários e culturais e a educação por eles preconizada, assim como, a importância do protagonismo Yanomami na construção de sua escola e suas formas próprias de educar mesmo estando dentro de um sistema educacional formal. A escola Yanomami diferenciada busca desenvolver o senso crítico do estudante quanto aos direitos indígenas no Brasil, demonstrando ainda a importância de se identificar como indígena e valorizar a sua cultura, além de ampliar a visão necessária da interculturalidade e a interdisciplinaridade nas suas escolas, buscando sempre alçar novos conhecimentos. Portanto discutir um sistema para as escolas indígenas Yanomami, um sistema que aceite os conceitos em vez de notas, a matriz curricular específica, o formato e a organização das aulas, a dinâmica de avaliação dos alunos e do rendimento escolar, respeitando o Projeto Político Pedagógico das escolas a partir dos projetos societários dos povos indígenas.

Palavras-chave: Povo Yanomami; Interculturalidade, Escola Diferenciada, Turmas Yanomami.

ABSTRACT

The work aims to discuss the experience of developing and working with the Yanomami people to build their own school based on their identity and cultural values and the education they advocate, as well as the importance of the Yanomami role in the construction of their school and its own ways of educating even within a formal educational system. The differentiated Yanomami school seeks to develop the student's critical sense of indigenous rights in Brazil, also demonstrating the importance of identifying themselves as indigenous and valuing their culture, in addition to expanding the necessary vision of interculturality and interdisciplinarity in their schools, always seeking raise new knowledge. Therefore, to discuss a system for Yanomami indigenous schools, a system that accepts concepts instead of grades, the specific curriculum matrix, the format and organization of classes, the dynamics of student evaluation and school performance, respecting the Pedagogical Political Project schools from the societal projects of indigenous peoples.

Keywords: Yanomami People, Interculturality, Differentiated School, Yanomami Classes.

INTRODUÇÃO

Em 1988 foi promulgada a atual Constituição da República Federativa do Brasil, no que se refere aos direitos indígenas, assegurou a eles o direito de ser e permanecer

¹ Mestre em Geografia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, tf.fontes@gmail.com;



indígena, com direito a uma educação específica, que no artigo 231, garante ao indígena reconhecimento de sua identidade diferenciada e sua manutenção. Sendo confirmado no art. 232, e no texto da Lei de Diretrizes de Bases - LDB de 1996, no seu art. 78 atribui ao Sistema de Ensino da União a tarefa de desenvolver programas de pesquisa e ensino. Com base nessa legislação o Conselho Nacional de Educação – CNE, através da Resolução do CEB nº 3/99, fixa as diretrizes nacionais para funcionamento das escolas indígenas e garantindo a formação de professores indígenas.

Nesse momento, surgem dentro das políticas públicas educacionais, inúmeros programas de implantação de escolas indígenas e projetos de formação de professores indígenas, como por exemplo, o Pirayawara (Magistério Indígena) no Amazonas, elaborado pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas – Seduc/AM na Gerência de Educação Escolar Indígena - GEEI, elaborado nos anos 90 para formar professores em nível de magistério para atuarem nas séries iniciais de 1º ao 5º ano do ensino fundamental com o intuito de formar professores indígenas para atuarem em suas aldeias.

Nesse contexto instituições não governamentais passam a realizar parcerias com a Seduc-AM para construir propostas de magistério para desenvolverem junto aos povos com os quais atuam, foi nesse sentido que a Associação Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami – Secoya que atua junto ao Povo Yanomami no Amazonas, na Terra Indígena Yanomami – TIY, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro, rio Marauá e rio Preto e Barcelos, rio Demini, construíram uma proposta de Magistério Yanomami, como visualizamos a sua localização nos mapas a seguir.

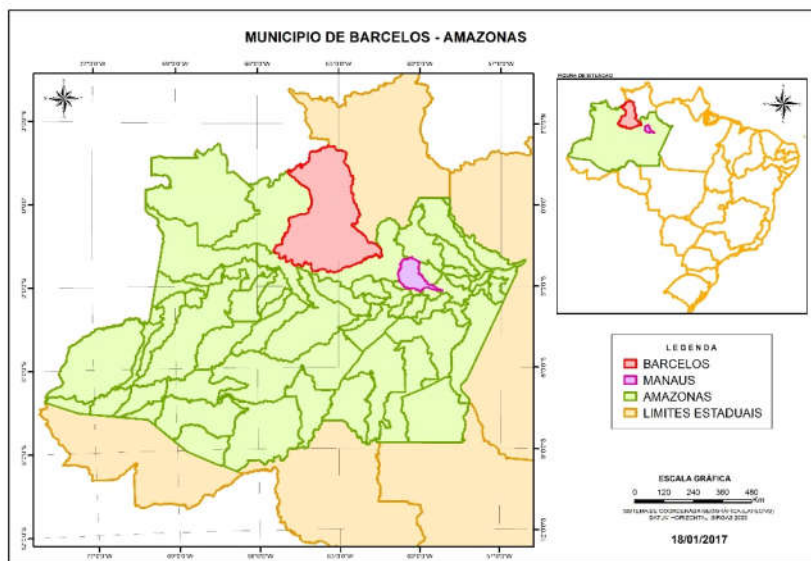


Figura 1: Mapa de Localização – Barcelos/AM. Org.: Aquino, Wendell Adriano Farias; Fontes, Thaline Ferreira; 2017.

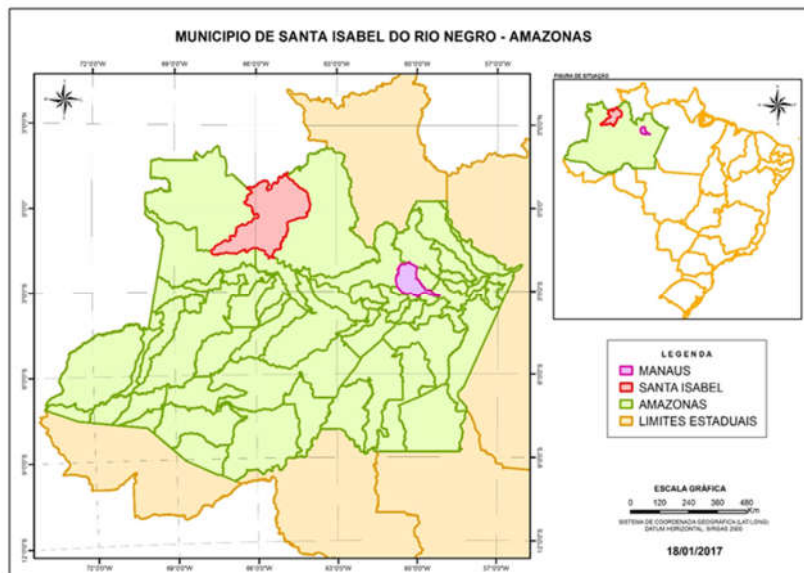


Figura 2: Mapa de Localização – Santa Isabel do Rio Negro/AM. Org.: Aquino, Wendell Adriano Farias; Fontes, Thaline Ferreira; 2017.

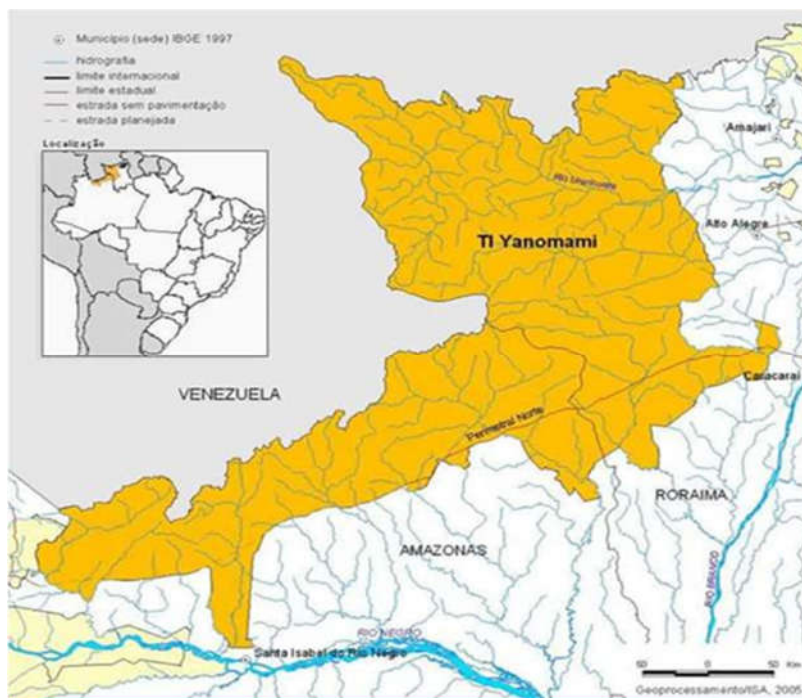


Figura 3: Terra Indígena Yanomami. Org.: Geoprocessamento - ISA; 2005.

A partir das legislações vigentes, em 2001 a Secoya em parceria com a Comissão pela Criação do Parque Yanomami-CCPY, iniciou a formação dos professores Yanomami em nível de Magistério Indígena no intuito de formar um corpo docente Yanomami para lecionar em cada xapono² de forma ininterrupta, sem depender de professores não-indígenas. Contudo, após o terceiro curso, diante das enormes dificuldades logísticas para reunir os professores do Amazonas e Roraima, a Secoya deu continuidade à formação dos professores Yanomami do Amazonas e a CCPY aos de Roraima. A formação foi concluída em 2014 e no mês de outubro de 2015, na Assembleia Yanomami que aconteceu no xapono Bicho Açú no rio Marauíá, os 29 cursistas foram diplomados como professores pela Seduc/AM, sendo 21 professores do rio Marauíá, 01 professor do rio Preto e 07 professores do rio Demini.

Hoje a maior discussão perante a sociedade Yanomami é a construção da sua escola, uma escola feita pelos e para os Yanomami, com a construção de sua Matriz Curricular própria, respeitando o universo Yanomami e introduzindo ensinamentos dos napê, atendendo as legislações vigentes às escolas indígenas e fazer parte do processo

² Xapono: casas comunitárias circulares.



escolar por inteiro, não apenas enquanto sala de aula com seus professores. Em 2013, durante um Encontro de Professores Yanomami das Escolas Diferenciadas, as turmas das escolas foram reorganizadas e passaram a seguir o agrupamento seguinte, tendo nomes em Yanomami: Horearewë (aquele que engatinha), Upraarewë (aquele que levanta) e Rërearewë (aquele que corre). Com a nova organização escolar, somente professor Yanomami atua em sala de aula, e se torna um início de construção de uma escola diferenciada Yanomami, onde o trabalho como um todo é orientado no respeito aos princípios do bilinguismo, do ensino diferenciado e da interculturalidade.

Assim a ideia central desse artigo versa sobre discutir a experiência de desenvolver e trabalhar junto ao povo Yanomami a construção de uma escola própria a partir dos seus valores identitários e culturais e a educação por eles preconizada. Logo o objetivo é discutir a importância do protagonismo Yanomami na construção de sua escola e suas formas próprias de educar mesmo estando dentro de um sistema educacional formal.

Esse trabalho tem como base a interculturalidade, reconhecendo-se que o contato com o napë³ trouxe muitos elementos oriundos da sociedade brasileira e interferências ao mundo Yanomami. Contudo, a cultura tradicional e a identidade Yanomami permanecem vivas nesse encontro, que representa novos desafios e a necessidade de buscar novos mecanismos de defesa, de luta, de diálogo e de conciliação. Isto significa ainda a assimilação de novos conhecimentos associados à valorização dos saberes tradicionais Yanomami e contribuindo para a autonomia desse povo no seu território tradicional onde se manifestam a sua realidade sociocultural, política e mesmo cosmológica.

METODOLOGIA

Na busca de responder o tema central do trabalho, utilizou-se a pesquisa participante, pois, entendemos que para compreender a realidade de um evento social, remete-nos ter um entendimento e comprometimento com os sujeitos envolvidos na pesquisa.

³ Napë: Não Yanomami, estrangeiro.



O enfoque da pesquisa é geográfico, porém recorreremos também a contribuições de outras ciências com aportes dos seguintes pesquisadores: Ivani Faria, Boaventura de Sousa Santos, Pedro Demo, Paulo Freire entre outros.

Para a realização da pesquisa utilizou-se levantamentos de dados primários com trabalho de campo a partir de entrevistas, observação direta, observação participante e registros fotográficos; levantamento de dados secundários, bibliográfico sobre a questão e análise documental. Assim, este trabalho visa contribuir para o desenvolvimento do conhecimento e o processo de construção de uma escola diferenciada pelo e para o povo Yanomami.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escola ajuda na compreensão do *pensar* e do *fazer*, e uma educação escolar em meio aos povos indígenas “principalmente, quando os próprios indígenas assumem a construção de diferentes processos educativos escolares para suas comunidades” (REZENDE, 2010).

A discussão por uma educação diferenciada, garante ao indígena o progresso da sua cultura e não perder hábitos do seu dia a dia, reforçar no seu conteúdo escolar a sua territorialidade e garantir que o conhecimento dos mais velhos, assim, também chamados os anciões, não seja esquecido reforçando a partir da criança a identidade de cada povo ali estabelecido.

A partir desta afirmativa Grupioni (2006) estabelece que, é nesse contexto que os povos indígenas no Brasil têm reivindicado uma escola indígena que lhes sirva de instrumento para a construção de projetos autônomos de futuro, dando-lhes acesso a conhecimentos necessários para um novo tipo de interlocução com o mundo de fora da aldeia.

As tradições e culturas são mantidas a todo tempo, quando pequeno a partir da educação indígena, o conviver com a comunidade e o aprendizado vindo de seus pais e parentes, como o ato de ir pescar, aprender um artesanato ou até mesmo a roça é educação, o modo de vida da comunidade.



Um dos pontos fortes dos projetos de educação escolar indígena é a interculturalidade, trabalhar com o bilíngue com o “seu” e o do “outro” garante um maior conhecimento e um aumento da *valorização da cultura indígena*, assim como, a metodologia da aprendizagem pela pesquisa, onde faz com que o professor e os estudantes possam construir juntos o conhecimento.

Assim as metodologias utilizadas para o acréscimo dos cursos são tão importantes, segundo FARIA (2009) a metodologia da aprendizagem pela pesquisa está de acordo com a realidade do povo valorizando a cultura, os conhecimentos tradicionais cujo aprendizado é na prática e não somente na teoria. Por meio dos projetos e pesquisas desenvolvidos pelos estudantes, há produção e sistematização dos conhecimentos indígenas valorizando a cultura e a língua materna.

Freire (2004, p.23) afirma que quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaperdessem suas culturas e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas.

É importante frisar que a instituição “Escola” não existe na cultura Yanomami e eles têm seus próprios mecanismos de ensino e aprendizagem. O que a princípio pode ser considerado como algo negativo – a necessidade de introduzir um elemento exógeno - “a escola dos napë” - nas aldeias Yanomami, se justifica pela demanda expressa no sentido de “precisar aprender e se relacionar com as coisas novas dos napë” e representa quase que um mal necessário frente à atual dinâmica dessa relação.

Marshall Sahlins (1997) evidencia que a cultura é um processo dinâmico que cria e recria significados de acordo com as necessidades dos grupos sociais, principalmente povos indígenas que se recusaram tanto a desaparecer quanto a se tornar como nós.

Para se defender, faz-se necessário o conhecimento dos códigos de uma cultura (no caso, dos napë) para poder se comunicar sem se tornar vítima. Dessa forma, mesmo sendo a motivação propulsora negativa, ela oferece a possibilidade de apropriação da língua portuguesa e da matemática, e de novos conhecimentos dessa sociedade dominante



que os circunde. O sentido da escola (também da diferenciada) é ajudar na leitura/decodificação do mundo para definir a forma pela qual as relações devem se dar.

Os povos indígenas de diversas culturas, em diferentes situações geopolíticas, constroem suas histórias, tradições, costumes etc. A educação indígena é continuada, persistente, resistente, criativa, desaparece e reaparece em diferentes contextos (REZENDE, 2010).

Tais conhecimentos milenares vêm sofrendo interferências, em alguns casos são esquecidos e/ou substituídos ocasionados pelas alterações ocorridas no meio ambiente, por conta do contato com a sociedade envolvente, o ingresso de novas tecnologias, a incidência dos meios de comunicação de massa, bem como as pressões permanentes sobre seus territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola Yanomami diferenciada busca desenvolver o senso crítico do estudante quanto aos direitos indígenas no Brasil, demonstrando ainda a importância de se identificar como indígena e valorizar a sua cultura, além de ampliar a visão necessária da interculturalidade e a interdisciplinaridade nas suas escolas, buscando sempre alçar novos conhecimentos.

No ano de 2016, as escolas Yanomami diferenciadas do rio Marauíá passaram a ser reconhecidas como salas anexas da Escola Estadual Pe. José Schneider da Seduc-AM em Santa Isabel do Rio Negro e no município de Barcelos, as escolas Yanomami do rio Demini são reconhecidas pela Semed de Barcelos, na qual ainda está em processo de reconhecimento pela Seduc-AM.

Pensando nessa construção intercultural, as turmas Yanomami foram organizadas de modo a poder avaliar o estudante não através de nota, mas a partir de seu efetivo desempenho escolar, revelando potencialidades, habilidades escolares ou mesmo limitações. Tais avaliações ocorrem no contexto escolar tanto quanto em outros espaços da vida Yanomami.

A partir da experiência desenvolvida com as escolas a partir de uma organização não-indígena, aconteceram muitas discussões internas nos xapono e momentos de



reflexão e aprofundamento buscando definir o melhor jeito de organizar as atividades escolares em turmas e a partir de princípios e embasamento metodológicos. Esse processo envolveu tanto lideranças como professores e a população dos xapono, ficando cada vez mais claro que tal organização deveria obedecer a um processo articulado com o processo organizativo Yanomami em termos de governança, capacidade de articulação com o mundo dos napë e aumento de processos educativos mais autônomos. Resultou desse processo a reorganização das turmas nas escolas Yanomami diferenciadas, bilíngues e pedagogicamente interculturais. Foi estabelecido as turmas Horearewë, Upraarewë e Rërearewë, assim como, a importância de a criança ir para a escola somente depois dos seus 06 anos de idade, pois, primeiro eles deveriam vivenciar a educação Yanomami no xapono e depois a escola.

Este novo formato de turmas tem tudo a ver com a visão e o modo Yanomami de enxergar a progressão da vida, não apenas das crianças, mas dos jovens e de todos àqueles envolvidos em processo de aprendizado. Pois representa uma visão de mundo através do qual o sujeito está se capacitando progressivamente para assumir o seu papel na vida Yanomami. Diz respeito à assimilação de conhecimentos, de saberes através de diversas formas articuladas de ensino, onde a oralidade e a repetição assumem importante papel. Por isto, não obedece à seriação, o que é dificilmente compreendido pelos gestores das escolas napë. Muitas discussões vêm sendo travadas com a Gerência de Educação Escolar Diferenciada-GEEI com o objetivo de fazer reconhecer esse princípio diferenciado e respeitar a vontade política Yanomami.

O objetivo almejado pelos professores e lideranças Yanomami é de fazer com que essa Matriz de ensino, possa ser compreendida e aceita, favorecendo o ensino interdisciplinar e a interculturalidade. Nessa perspectiva, é fundamental que a Escola Estadual à qual as escolas anexas Yanomami estão vinculadas e perante o estado e município, seja também aberta ao diálogo e aos poucos, se adaptando para acolher a escola diferenciada.

Ao longo desse processo de construção da educação escolar diferenciada, A Secoya, os Yanomami e a Kurikama vêm debatendo a questão da escola endógena Yanomami, uma escola pensada e construída por eles, com o apoio do estado para a manutenção e reconhecimento da escola e a assessoria da Secoya.



Traz para o debate a noção de autogestão dessas escolas pelos próprios Yanomami e não por napë. Ocorreria a transferência das salas anexas a escola estadual Pe. José Schneider para uma Matriz Estadual Diferenciada Yanomami, em pleno território Yanomami, superando a dinâmica atual.

Isto implica em colocar em pauta a questão da legalidade das escolas diferenciadas e a sua importância para os povos indígenas enquanto direitos e políticas públicas. Além disso, requer o reconhecimento das escolas diferenciadas pelo estado, fazendo com que o custeio do funcionamento das escolas diferenciadas seja efetivamente de responsabilidade da SEDUC.

Em nível do CEEI, isto significa ainda avançar na aprovação das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Indígena do Amazonas na Educação Básica assim como o reconhecimento da função de professor indígena. Ainda há de se reconhecer a necessidade de fazer valer de papel normativo do Conselho, a primeira com esta característica no Brasil.

Importante reconhecer ainda que não se trate de uma realidade exclusiva do povo Yanomami, mas que representa uma luta contínua dos povos indígenas do Amazonas e do Brasil. Nesta questão é fundamental o fortalecimento de propostas piloto, tal a Yanomami associada a luta por direitos junto com a Kurikama, o movimento indígena para somar forças, participar e entender as discussões envolvendo a saúde, educação e território e pôr em prática o que já está garantido em lei.

“(…) os povos indígenas conquistaram a possibilidade de ter acesso às coisas, aos conhecimentos e aos valores do mundo global, ao mesmo tempo em que lhes é garantido o direito de continuarem vivendo segundo tradições, culturas, valores e conhecimentos que lhes são próprios. No entanto, esses direitos estão longe de serem respeitados e garantidos.” Gersem Baniwa (2006).

Pensando nesse novo momento de discussão junto ao povo Yanomami, em agosto de 2019 foi realizada o I Encontro de Lideranças e Professores Yanomami do rio Marauíá, organizado pela Kurikama, Secoya e a Missão Salesiana, tendo como objetivo subsidiar, compartilhar experiências e estabelecer propostas relativas à educação escolar indígena



junto ao povo Yanomami dessa região. Contou com a participação dos representantes do CEEI/Seduc, GEEI/Seduc, Foreeia, UFAM, Semed/SIRN, Semed/BCL e do Conselheiro Julião Yanomami.



Imagem 01: Reunião no xapono Komixiwê.

O encontro contou com 89 representantes Yanomami dos 17 xapono do rio Marauiá, entre homens, mulheres, professores, agentes indígenas de saúde – AIS, estudantes e lideranças. Representou um novo momento de discussão para entendimento das escolas e dos projetos educacionais que circundam essas escolas, sendo a diferenciada, infantil e da Missão Salesiana. O debate sobre a construção de uma Matriz educacional Yanomami foi iniciado, sendo necessário o seu aprofundamento e de um assumir pelos professores, xapono e a própria Kurikama contando com o apoio dos parceiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação da experiência e do trabalho no campo da educação escolar diferenciada revela que estamos trabalhando em um universo cultural distinto correspondendo a uma população de recente contato, que requer outras sinergias e formas de conceber os processos de ensino–aprendizagem à luz da legislação vigente.

Em várias situações foi possível denotar o quanto a administração pública e os processos burocráticos tanto federais, estaduais e municipais são inadaptados à realidade Yanomami e tampouco estão conseguindo cumprir o que consta na própria Constituição Federal nem nas Diretrizes que fundamentam a Educação Escolar Diferenciada,



Isto se deve a dificuldade de pensar a gestão escolar para os povos indígenas a partir de uma dinâmica própria. A legislação ampara o direito a uma educação diferenciada, específica, bilíngue e intercultural, todavia, a máquina administrativa não se adaptou a essa realidade.

Há muito tempo vem sendo discutido um sistema para as escolas indígenas, um sistema que aceite os conceitos em vez de notas, a matriz curricular específica, o formato e a organização das aulas, a dinâmica de avaliação dos alunos e do rendimento escolar, respeitando o Projeto Político Pedagógico das escolas a partir dos projetos societários dos povos indígenas. Atualmente o que vem sendo feito nas escolas indígenas é elas terem que alterar suas diretrizes, dinâmicas, especificidades para se “encaixarem” no sistema da Secretaria de Educação, ainda inadaptado ao universo sociocultural e educativo dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

FARIA, Ivani Ferreira. **Território e Territorialidade Indígenas do Alto Rio Negro**. Manaus. Editora Universidade Federal do Amazonas, 2003.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Trajatória de muitas perdas e poucos ganhos**. In: Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis - tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 11-31.

GRUPIONI, L. D. B. (Org.); LOPES DA SILVA, A. (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1. e 2. graus**. 1. ed. São Paulo: MEC/Ministério da Educação e do Desporto, MARI-Grupo de Educação Indígena/USP e UNESCO, 1995. v. 1. 574 p.

REZENDE, Justino Sarmiento. **Escola indígena municipal Utãpinopona – Tuyuka e construção da identidade tuyuka**. Manaus: Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2010.

SAHLINS, Marshall. **“O Pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção”**. *Mana*. V.3 n.1. Rio de Janeiro/Museu Nacional, abril de 1997.